

**VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM) – Comunicação de Líder e**

Comunicações: Sr. Presidente, Ver. Alvoní Medina, é uma alegria estar aqui falando com V. Exa. como Presidente desta sessão, meu grande amigo há 30 anos – isso é uma alegria para mim. Colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, venho a esta tribuna para fazer uma manifestação de dois temas muito importantes para a Cidade. Nós passamos todos os dias pela Av. Ipiranga, não só na Av. Ipiranga, temos outras ruas da Cidade que estão sendo

tomadas pelos nossos moradores de rua. Não porque eles querem estar ali, é porque não têm onde morar, muitos deles foram retirados da Av. Borges de Medeiros. A Prefeitura tem um excelente programa que é o Aluguel Solidário, também existe, no DEMHAB, na mesma conexão, ou talvez esse programa seja em substituição ao outro, que é o Aluguel Social. Nós temos para votar aqui, nesta Câmara, o solo criado que vai destinar, isso é muito importante, nos terrenos, nos imóveis públicos de até 300 metros, que o fruto do solo, os índices sejam aplicados em habitação social. Nós, quando passamos pelo DEMHAB, deixamos, na época, um projeto excelente que seria o projeto de se fazer, Cecchim, uns albergues. Lembro que discutimos muitas vezes, naquela época, no governo Fogaça, que precisávamos construir albergues. Tínhamos um terreno na Perimetral para isso, mas foi cedido para outras finalidades. Volto a insistir porque sei que o Minha Casa, Minha Vida não destina. Deveria destinar, como lá tem 10% obrigatório para segurança, para funcionários da segurança, não são aplicados, tem 10% destinado a servidores do Município que tenham renda inferior a três salários mínimos, mas não é destinado. Que sabe agora fazer com que nesse projeto do solo criado, esses valores que vão ficar nesse fundo municipal de habitação, esse fundo que foi criado há tanto anos, mas hoje não tem recurso nele, mas que esse recurso também seja destinado parte para projetos de construção de habitação, ou abrigos, ou albergues para moradores de rua. Que seja feito um cadastro daqueles que querem sair da rua, porque não são todos que querem sair da rua. Nós sabemos da dificuldade: tem pessoas que saem hoje, vão para uma moradia e, no dia seguinte, já estão na rua. Eu acho que tem que se fazer um trabalho psicológico com essas pessoas, justamente para reincluí-las na sociedade.

Eu estava vendo uma matéria muito importante sobre o que o Sine de Porto Alegre está fazendo. Para as pessoas que vão lá levar os seus currículos, eles estão fazendo doações de ternos, gravatas, paletós, vestuário, para que eles tenham uma boa

apresentação para o emprego. Para essas pessoas que nós vamos retirar da rua e colocar numa residência, para que elas possam ter o seu canto, por que não programar para que tenham qualificação profissional para exercer um trabalho justo, um trabalho digno, para que possam sustentar suas famílias? Tem que ter oportunidade; sem oportunidade, as pessoas não vão sair do submundo, não vão sair dessas moradias onde não existe ninguém para fiscalizar. Essas pessoas também precisam ter condições de vida, nós estamos colocando vidas fora. Eu acho que está na hora de as secretarias de direitos humanos, habitação, governança, todos se unirem para que possamos fazer com que essas pessoas tenham uma moradia digna com suas famílias. Tem muitas crianças que estão ali que não sabem ler e escrever, estão abandonadas. É isso o que nós queremos fazer.

Eu vou dar uma simples pincelada numa matéria que eu vi hoje. Na semana passada, nós tivemos uma reunião na sexta-feira. Na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, nós vamos discutir este tema que é muito importante: o Telessaúde. O Telessaúde, que vem como uma revolução para Porto Alegre, já se falou sobre ele há muito tempo. Mas, Ver. Cassiá, o Telessaúde não serve para todos. Como nós vamos fazer uma consulta no Centro da Cidade com a pessoa lá na Restinga? Tem certos problemas que não existe como tu, a distância, resolver. Tem muitas pessoas que, com a presença do médico, já se curam. Imaginem, ela está lá, está sendo feito um exame, há um enfermeiro, não existe... O médico, muitas vezes, pelo toque, já identifica qual o problema de saúde da pessoa, só que pelo Telessaúde não há o toque, o médico não tem como identificar o que o paciente necessita naquele momento. Claro que para alguns tipos de exame o Telessaúde serve, como uma ecografia, que pode ser analisada à distância. Agora, outras doenças, que necessitam de um atendimento detalhado, o Telessaúde não vai resolver. É um bom programa, mas não vai resolver.

Quero me unir a quem levantou a questão dos imóveis abandonados em Porto Alegre. Venho batendo nessa tecla há muito tempo, e em 2010 fiz um projeto habitacional, em que a Caixa Econômica Federal faria o ressarcimento integral à Prefeitura para desapropriar o Esqueletão, o cartão postal de Porto Alegre! Mas o esqueleto é um imóvel de mais de 50 anos e que se não tiver a sua situação resolvida vai, sim... Ele não vai ficar tombado como patrimônio histórico, mas ele vai tombar mesmo, vai cair. Por ser de interesse público, a Prefeitura pode se utilizar do recurso jurídico, o art. 1276, do Código Civil, para não deixar aquele imóvel cair. Existem em Porto Alegre grupos de empresários,

juntamente com a Caixa Econômica Federal, que querem investir. O governo tem que desapropriar – só o governo pode desapropriar; terceiros não podem desapropriar –, porque lá há diversos moradores; o terceiro andar daquele prédio é um enorme aglomerado de pessoas, locado por um cidadão de Viamão; e dos andares acima nem podemos falar! Mas a Prefeitura pode, sim, fazer a desapropriação por interesse público, conforme art. 1276, do Código Civil, e fazer com que todo gasto que venha a ter seja pago por uma licitação pública, colocando ali o valor que a Prefeitura gastou para desapropriar. Já que as pessoas que se dizem donos não podem vender, porque não têm título, e aqueles que lá estão ocupando não querem sair, porque não pagam aluguel para ninguém, fica fácil. Então, temos que fazer essa desapropriação por interesse público e depositar o dinheiro, meu líder Ver. Pujol, o produto da desapropriação em uma conta judicial, e todos os ditos proprietários que tenham interesse sobre o imóvel vão lá, habilitem-se, apresentem-se e recebam proporcionalmente ao quinhão que eles têm direito. Essa é a maneira de resolver sobre um prédio que se diz com tantos donos, mas que não aparecem legalmente nos documentos. Então eu pediria encarecidamente... Eu não vou mais falar na Casa Azul – poderia ser a casa vermelha –, que é um problema sério para aqueles comerciantes. Os comerciantes da Livraria do Advogado, todos eles estão praticamente impedidos de comercializar, porque não tem mais o trânsito naquele local. Então as pessoas ficam com dificuldade, Ver. Pujol! Nós estamos escolhendo pessoas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) Aquele grupo de comerciantes da Riachuelo, da Marechal Floriano, até a Praça da Matriz, esses comerciantes vão ter que reduzir seu comércio. Alguém reduz o imposto deles? Não, ninguém reduz! Eu defenderia, então, já que não se tem solução para aquela Casa Azul lá, que hoje é tombada – ela poderá ser tombada porque vai cair –, que deem uma solução urgente para aquela situação ou reduzam seus impostos.

Apenas uma pincelada: vamos rever o assunto das listagens do Epahc dos prédios, das residências do bairro Petrópolis e outros bairros, que estão todos listados para serem tombados; enquanto estiverem listados, os proprietários não podem usufruir e fazer benfeitorias nesses imóveis. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)